

INTERVENÇÃO PROFERIDA NO PLENÁRIO DA A.L.R.A.A.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhora e Senhores Membros do Governo

As Novas Tecnologias de Informação e Comunicação, desenvolvidas de modo progressivo a partir da segunda metade da década de 70 do século XX e com particular ênfase nos anos 90, veio possibilitar o aparecimento da **sociedade da informação**, também designada por **sociedade do conhecimento** ou **nova economia**.

No geral, são consideradas Novas Tecnologias de Informação e Comunicação os computadores pessoais, os telemóveis, a televisão por cabo, a Internet, o correio electrónico, as tecnologias digitais de captação de imagens e sons e as tecnologias de acesso sem fios, como o *wi-fi* e o *bluetooth*.

A revolução tecnológica operada nas comunicações e na electrónica, cada dia mais rápidas e mais eficazes, contribuiu decisivamente para o fenómeno da **globalização**, com todos seus aspectos positivos e negativos, em suma, para a transformação do nosso planeta na denominada **Aldeia Global**.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhora e Senhores Membros do Governo

É óbvio que a nossa Região não está imune nem pode ficar alheia ao que se passa no Mundo. O sector das telecomunicações é o que mais rapidamente pode colocar os Açores em aproximação de circunstâncias com os restantes espaços, pelo que não podem subsistir dúvidas de que as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação assumem um papel estratégico para o desenvolvimento dos Açores.

Como afirmou o Presidente do Governo Regional já há cerca de dois anos, na abertura do seminário internacional sobre comunicações realizado em Ponta Delgada, e passo a citar: **Numa região ultraperiférica e territorialmente dispersa, como é o nosso caso, torna-se fundamental um sector de telecomunicações que dê uma resposta rápida e eficaz às crescentes solicitações de uma sociedade produtiva e integrada, não só do ponto de vista do crescimento e sustentação das diversas actividades económicas, mas também**

ao nível cultural e em termos de promoção do bem-estar das populações, de forma alternativa ao seu isolamento secular. É, assim, indispensável disponibilizar um sector de telecomunicações de alta qualidade, no qual todo o tipo de informação possa ser transmitida com elevados padrões de fiabilidade e segurança, em tempo real, permitindo o seu acesso, bem como ao de um largo espectro de serviços, às empresas, escolas, instituições públicas e privadas e cidadãos em geral. Fim de citação.

Estas preocupações estão aliás vertidas no Programa do IX Governo Regional, que, no capítulo das Comunicações, inclui três objectivos fundamentais:

Primeiro: **Estimular a acessibilidade e a participação das novas tecnologias de informação e de comunicação em articulação e complementaridade com outras intervenções necessárias à construção de uma sociedade do conhecimento e da informação.**

Segundo: **Promover a inserção da Região na Sociedade da Informação, aproveitando as novas tecnologias de informação e de comunicação para ultrapassar os seus condicionalismos específicos e para criar condições para uma maior coesão e valorização social dos açorianos.**

Terceiro: **Disponibilizar a todos os açorianos a oferta de serviços de telecomunicações com níveis de qualidade e de tarifas idênticas aos do restante território nacional e comunitário.**

E há que reconhecer o muito que tem sido feito e os avanços significativos que nesta matéria se têm verificado nos Açores.

São disso exemplo, entre muitos outros: a implementação da rede de postos de informação juvenil; a criação da rede de Postos de Atendimento ao Cidadão; o lançamento do projecto “Escolas Digitais”; o lançamento da rede digital da Administração Pública; e o acesso gratuito aos canais generalistas nacionais de televisão. E novos projectos vão em breve ser concretizados, como é o caso da Telemedicina ou da instalação, na ilha de Santa Maria, de uma estação de rastreio de satélites e telemetria, na decorrência do protocolo celebrado entre o Governo Regional e a Agência Espacial Europeia.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhora e Senhores Membros do Governo

Apesar dos progressos que nos últimos anos se registaram no sector, os Açores enfrentam ainda dificuldades significativas no que concerne à implementação e difusão das telecomunicações e tecnologias de informação ao nível da população e das empresas das diversas ilhas.

Ao nível das infra-estruturas, sete ilhas estão ligadas pelo anel de fibra óptica, aliás compartilhado pela Região, enquanto que a ligação ao Grupo Ocidental é feita via satélite.

Quanto ao cabo de fibra óptica, volto a citar o Presidente Carlos César: **o pleno aproveitamento de tal infra-estrutura só será possível na realidade se os custos das comunicações nesse sistema - quer para os operadores, quer para os utilizadores - forem equivalentes, pelo menos, aos custos médios das comunicações no continente português.**

No que se refere à ligação às Flores e ao Corvo, já em Janeiro de 1997 afirmei desta tribuna: **Tanto quanto sabemos, esta solução vai implicar menor velocidade e pior qualidade nas comunicações, devido às frequências utilizadas e ao número de canais disponíveis, havendo também que contar com o que se designa por eco do satélite.** E acrescentei que **mesmo a alegada vantagem em termos de custos, que é sem dúvida um dado a ter em conta, também suscita algumas dúvidas dada a grande diferença do tempo de vida útil previsto para cada um dos sistemas.** Sinceramente, o facto de ter tido razão antes de tempo não me dá nenhuma satisfação...

Depois, o facto das infra-estruturas fixas serem controladas por um único operador constitui uma dificuldade acrescida, como aliás resulta das conclusões do estudo sobre o mercado das comunicações nos Açores até 2010 encomendado pelo Governo Regional e apresentado em finais de 2005, estudo esse que, para além de propor a modernização das infra-estruturas de rede, no conjunto de medidas a adoptar para promover o desenvolvimento das telecomunicações e da tecnologia aponta para a necessidade de ser proporcionado um maior nível de concorrência entre operadores de telecomunicações, de forma a viabilizar novos serviços com tarifas acessíveis à população.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhora e Senhores Membros do Governo

Tal como o Senhor Secretário Regional da Habitação e Equipamentos sou dos que acredita que **o desenvolvimento dos Açores passa pela rapidez e fidelidade de comunicações.**

Também defendo, tal como o Presidente Carlos César, que **as diversas entidades regionais deverão poder assumir um papel mais interventor no sector das telecomunicações, nomeadamente quando o mercado não consegue assegurar convenientemente determinadas funções e quando está em causa a definição dos serviços de interesse público e geral.** Assim, a regulação deve ser posta ao serviço dos resultados positivos da inovação, da concorrência e da panóplia de serviços.

Daí que o papel da ANACOM, como reguladora do mercado de telecomunicações, deverá, tanto quanto possível, ser desenvolvido em articulação permanente com o executivo açoriano. E, infelizmente, sou levado a concluir que não é isto que está a acontecer e que a entidade reguladora nacional, mesmo quando chamada a intervir, se tem demitido do papel que lhe cabe.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhora e Senhores Membros do Governo

Concretamente no que se refere à ilha das Flores, realidade que me toca mais de perto e que melhor conheço, o serviço prestado pela Portugal Telecom, em termos de banda larga, tem vindo a degradar-se progressivamente. Permito-me mesmo afirmar, sem medo de errar, que, quanto mais clientes tem e mais dinheiro recebe, pior é o serviço prestado aos utentes por aquela empresa.

Já foram feitas diligências, designadamente pelo Conselho de Ilha, quer junto dos responsáveis regionais da PT, quer junto do membro do Governo Regional que tutela as comunicações, mas até agora sem permitir alcançar sucessos significativos.

Não farei contudo a injustiça de acusar de desinteresse ou falta de empenho o Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Sei que se tem empenhado, quer junto da PT quer junto da ANACOM, e reconheço que a questão é complexa e difícil, senão já estava resolvida. Sei, por exemplo, que tem insistido junto das operadoras das redes fixa e móvel para que aumentem a sua oferta, melhorem a qualidade e baixem os tarifários de serviços na Região, o que abrange a generalização do

acesso à Internet em Banda Larga, do Sistema Wi-Fi e de novos serviços no domínio do espectro radioelétrico, para além da melhoria da cobertura da rede móvel em todas as ilhas.

Assim, para além de reivindicar, quero, aqui e agora, exortar o Governo Regional para que continue a lutar pelo direito dos açorianos de terem acesso a telecomunicações rápidas, fiáveis e a preços razoáveis, enfim, para que continue a insistir e persistir junto de quem de direito para que sejam asseguradas à nossa Região as condições necessárias para poder ser dada resposta eficaz aos desafios que se lhe colocam a nível da tecnologia, da inovação e da globalização.

Isto na convicção de que as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação são essenciais ao nosso desenvolvimento, por poderem trazer vantagens competitivas às empresas, elevar o nível cultural e promover a qualidade de vida ou, até, servir como forma de atenuar o isolamento dos residentes na Região.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhora e Senhores Membros do Governo

Sei, sabemos todos, que a solução dos problemas que aqui enunciei não depende directamente da Administração Regional Autónoma. Mas porque também subscrevo que **aquilo que acontece nos Açores é sempre um assunto que tem a ver com o Governo Regional**, termino com uma citação de Winston Churchill:

É inútil dizer «estamos a fazer o possível». Precisamos de fazer o que é necessário.

Disse!

Horta, Sala das Sessões, em 19 de Abril de 2007

O Deputado Regional,

Manuel Herberto Rosa